

Aniversário da CUT

Mais de quatro décadas ao lado do trabalhador

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) celebra, neste 28 de agosto, 41 anos de uma trajetória marcada por reivindicações, lutas e conquistas – seja no campo do trabalho, seja na defesa intransigente da democracia. Ao longo dessas mais de quatro décadas, a entidade se consolidou como um pilar importante na promoção de mudanças substanciais na política brasileira, beneficiando, sobretudo, a classe trabalhadora.

Durante esse período, a CUT promoveu debates e ações incisivas com o intuito de assegurar uma vida digna aos brasileiros. Essas ações incluíram, e ainda incluem, a luta por salários justos e a defesa de direitos trabalhistas que combatam todo e qualquer tipo de discriminação, como o racismo, a LGBTfobia e o etarismo.

O acesso aos serviços públicos de qualidade pela população, como saúde e educação, a busca por garantir o alimento na mesa e um teto para morar foram discussões constantes na agenda da entidade. Pautas sociais que avançaram de forma notável nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT), mas que foram duramente desmanteladas sob o último governo, de extrema-direita.

Para o presidente da CUT nacional, Sérgio Nobre, “desde a sua fundação, a história da CUT se mistura à história do Brasil por estar no DNA, na raiz da luta pela redemocratização do país. A Central nasceu para fazer a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora com a certeza de que, somente na democracia, uma nação consegue se desenvolver com liberdades, igualdade, justiça social e sustentabilidade. Essa segue sendo nossa tarefa histórica. Enfrentamos, recentemente, um dos períodos



mais obscuros e difíceis para o país. Lutamos, resistimos e, desse período, também saímos vencedores, com a vitória, nas urnas, da democracia contra a barbárie, em 2022. Preservar e fortalecer a democracia segue sendo uma das nossas principais lutas, porém, o maior desafio da CUT e de todo movimento sindical, nesse momento, é construir um novo modelo sindical, adequado à nova realidade do mundo do trabalho, na qual metade da classe trabalhadora não está inserida. Nos desafiamos a construir e estamos construindo esse novo modelo. Nossa tarefa é organizar e defender os direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão à margem da legislação, sem carteira assinada, em empregos precarizados, vivendo de bico, que trabalham por aplicativos, sem direito à representação sindical e negociação coletiva. Isso exige sindicatos fortes. Essa é nossa luta”.

A volta de Lula à presidência, para um terceiro mandato, marcou o início de um processo de reconstrução dos projetos sociais importantes que foram devastados por seu antecessor. Muitos destes projetos têm afinidades com os anseios da entidade, outros são lutas que a CUT defende historicamente. Mas que ainda precisam de uma robustez maior e, para tal, é imperativo um substancial aporte de recursos financeiros.

Por isso, em 2024, uma das principais lutas da entidade é contra a alta da Selic (taxa de juros oficial do país), que vem atravancando o processo de reconstrução social e econômica do país, desde que o Banco Central (BC) se tornou independente em 2021, pelo governo anterior, e que ainda colocou no seu comando o neoliberal econômico, Roberto Campos Neto, que vem deixando a taxa de juros no Brasil como a segunda maior do mundo, apesar do controle da inflação e dos bons resultados econômicos que o país vem obtendo.

A CUT sabe e é testemunha de que as medidas econômicas adotadas pelo governo federal vêm derubando os índices de inflação, que a taxa de desemprego vem caindo, que o país, novamente, está saindo do mapa da fome e que não faz sentido tal medida que só beneficia banqueiros e agentes financeiros.

Desta forma, para a entidade, a vigilância sobre o tema tem sido constante e ela vem promovendo debates e ações junto à população visando alertá-la para os riscos que os rumos do Brasil vêm tomando devido à Selic: falta de investimento no setor produtivo e cortes financeiros em programas sociais e obras essenciais. Isso porque o juro alto infla a dívida pública e deixa o governo sem dinheiro para realizar melhorias à população.

Fonte: CUT

UFMA abre vagas para mestrado em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Amazônia Legal

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) abre processo seletivo para ingresso na primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (PPGAFRO), com inscrições abertas até dia 20 de setembro. Serão oferecidas doze vagas para graduados de diversas áreas do conhecimento, com diplomas de graduação emitidos por instituições de ensino superior.

O PPGAFRO é o primeiro mestrado na Amazônia Legal brasileira com foco exclusivo em estudos africanos e afro-brasileiros, marcando um avanço significativo na valorização da cultura africana no país, especialmente no Estado do Maranhão, que abriga uma das maiores concentrações de comunidades quilombolas e possui uma população majoritariamente negra, com, aproximadamente, 79% segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O programa é fruto das experiências e das contribuições do curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pioneiro no Brasil, iniciado em 2015.

O coordenador do programa, Sávio José Dias Rodrigues, esclarece como surgiu a ideia para implementar a pós na área e como o trabalho dentro da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (Liesafro) foi essencial para a idealização desse programa de mestrado. “A trajetória para a criação desse projeto se intensificou na licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, que começou em 2015, um trabalho coletivo essencial para a formação

do programa de mestrado, encampado pelos professores Rosenverck Estrela Santos, Kátia Regis, Cidinalva Silva Câmara, Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz, Tatiane da Silva Sales e outros professores do curso. Dentro da licenciatura, existiam as demandas pela implementação da Lei 10.639, das diretrizes para educação quilombola e também voltadas para a necessidade de pensar uma educação que valorize outra referência espacial, que está situada no continente africano ou que situa nos elementos da sua diáspora”, explica.

O mestrado tem como área de concentração “Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: interlocução e produção de conhecimentos baseada na Cooperação Sul-Sul” e conta com duas linhas de pesquisa: a primeira de Educação, Culturas e Políticas Públicas; e a segunda, Territórios, Linguagens e Africanidades, referente às demandas de pesquisa elaboradas levando em conta a importância do Estado do Maranhão para o estudo dessa área e a profunda influência africana no território brasileiro.

“É com base na herança, sobretudo, nas comunidades negras no Brasil, que o projeto do mestrado foi construído, e, principalmente, levando em conta o contexto do Estado do Maranhão, destacando-se como um dos estados com mais comunidades quilombolas, e um dos estados com maior população negra, torna-se essencial a implementação começando na UFMA. Ao mesmo tempo, é um dos estados com mais assassinatos de quilombolas e conflitos em áreas quilombolas, então se torna necessário também pois faz, por meio desse

estudo, uma valorização à cultura afro-brasileira e serve de referência na área da luta antirracista”, declara o coordenador do PPGAFRO.

Por meio do programa de mestrado, a coordenação do curso de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros pretende continuar a realizar colaborações com países africanos, como por meio de intercâmbio realizado na Licenciatura, uma experiência enriquecedora para a dimensão global dos pesquisadores.

“As cooperações que fizemos com outros países, como Moçambique e Cabo Verde, também foram importantes e enriquecedoras para a formação do mestrado, tanto em nível de pesquisa internacional como por meio de alguns projetos de extensão financiados pela Fapema, realizando uma troca com esses países por meio dos intercâmbios feitos com esses países, levando alguns estudantes e professores para esses países para passar um curto período”, destaca Sávio Rodrigues.

O PPGAFRO, é vinculado ao Centro de Ciências Humanas (CCH) e é realizado por meio da Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-graduação e Internacionalização. O programa será sediado no Centro Pedagógico Paulo Freire, sendo o primeiro programa, em nível de mestrado, em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros de um estado que compõe a Amazônia Legal brasileira. O cronograma completo do processo seletivo para o mestrado está disponível no edital.

Mais informações no site da UFMA - portalpadrao.ufma.br.